

**SECRETARIA EXECUTIVA DO CONSELHO MUNICIPAL DE HABITAÇÃO - SECMH
ATA DA 4ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DO CONSELHO MUNICIPAL DE HABITAÇÃO - 6ª GESTÃO**

REALIZADA EM 19/06/2018

Rua Líbero Badaró nº 504 – 18º andar – EDIFÍCIO MARTINELLI Auditório da Sala 182 – Centro – SP

PUBLICADO NO DIÁRIO OFICIAL DA CIDADE DE SÃO PAULO: SÁBADO, 21 DE JULHO DE 2018 – pp. 73, 74 e 75

1 Aos dezenove dias do mês de junho do ano 2018, às 15h, nas dependências do
2 Edifício Martinelli, 18º andar, auditório da sala 182, Rua Líbero Badaró, 504, Centro,
3 em São Paulo, reuniram-se, para a 4ª Reunião Extraordinária do Conselho Municipal
4 de Habitação – 6ª Gestão 2016/2018, conforme lista de presença, os (as)
5 Conselheiros (as) do Poder Público: Aloisio Barbosa Pinheiro (Conselheiro Poder
6 Público/SEHAB); José Toledo Marques Neto (Conselheiro Poder Público/SEHAB);
7 Juliana Jacometto Marchi (Conselheira Poder Público/COHAB); Alex Sandro Peixe
8 Campos (Conselheiro Poder Público/COHAB-SP); Elza Maria Lessa de Macedo
9 (Conselheira Poder Público/Secretaria Municipal da Fazenda); Wilson Cabral da Silva
10 (Conselheiro Poder Público/Secretaria Municipal da Fazenda); Maria Isabel Rodrigues
11 Paulino (Conselheira Poder Público/PROCENTRO); Luís Octavio da Silva
12 (Conselheiro Poder Público/PROCENTRO) e Fernando Augusto Marques Cera
13 (Conselheiro Poder Público/CEF). Conselheiros (as) dos Movimentos Populares:
14 Mônica Fátima Ziliani (Conselheira Movimentos Populares/Associação dos
15 Trabalhadores Sem Teto da Zona Oeste); Maria Barbosa Rastelle (Conselheira
16 Movimentos Populares/Associação dos Movimentos de Moradia da Região Sudeste);
17 Maria dos Santos Almeida (Conselheira Movimentos Populares/Associação dos
18 Movimentos de Moradia da Região Sudeste); Urânide Sacramento Cruz (Conselheira
19 Movimentos Populares/Associação de Moradia do Parque Otero); João Bosco da
20 Costa (Conselheiro Movimentos Populares/Associação de Defesa e Orientação ao
21 Consumidor Contribuinte de SP); Marisete Aparecida de Souza (Conselheira
22 Movimentos Populares/Fórum dos Mutirões de SP); Verônica Kroll (Conselheira
23 Movimentos Populares/Fórum de Cortiços e Sem Tetos de São Paulo) e Ana Maria
24 Carneiro Procópio (Conselheira Movimentos Populares/MAC). Conselheiros (as) da
25 Sociedade Civil: Marco Antônio Florenzano (Conselheiro Sociedade Civil/APEMEC);
26 Eliete Calisto da Cruz (Conselheira Sociedade Civil/APOIO); Carmen da Silva Ferreira
27 (Conselheira Sociedade Civil/APOIO); Laísa Eleonora Marostica Sthoher (Conselheira
28 Sociedade Civil/CUT-SP); Cibeli Gama Monteverde (Conselheira Sociedade
29 Civil/CREA-SP); Wellington Augusto Machado Sendas (Conselheiro Sociedade
30 Civil/SCIESP); Ana Teresa Siqueira de Carvalho (Conselheira Sociedade Civil/ SASP);
31 Isadora Guerreiro (Conselheira Sociedade Civil/USINA) e Paula Carvalho Paschoal
32 Raulino (Conselheira Sociedade Civil/ USINA). Ausentes os (as) Conselheiros (as):
33 Fernando Chucre (Conselheiro Poder Público/SEHAB); Cristiane Dutra Nascimento
34 (Conselheira Poder Público/SEHAB); Ricardo Rodrigues (Conselheiro Poder
35 Público/SEHAB); José Amaral Wagner Neto (Conselheiro Poder Público/SEHAB);
36 Marlene Fernandes da Silva Miamoto (Conselheira Poder Público/Secretaria Municipal
37 Urbanismo e Licenciamento); Regina Helena Nader (Conselheira Poder Público/
38 Secretaria Municipal de Urbanismo e Licenciamento); Edson Aparecido dos Santos
39 (Conselheiro Poder Público/COHAB-SP); Camilla Martins F. de Oliveira (Conselheira
40 Poder Público/Secretaria Municipal de Gestão); Ricardo Luis Mellão (Conselheiro
41 Poder Público/Secretaria Municipal de Gestão); Rosa Maria Miraldo (Conselheira
42 Poder Público/SP Urbanismo); Vladimir Ávila (Conselheiro Poder Público/SP
43 Urbanismo); Aurelice Rocha dos Anjos (Conselheira Poder Público/Secretaria
44 Municipal de Serviços e Obras); Ilzângela Keila de Almeida Rex (Conselheira Poder
45 Público/Secretaria Municipal de Serviços e Obras); Bruna Fábio Antunes (Conselheira
46 Poder Público/Secretaria Municipal de Trabalho e Empreendedorismo); Tamara
47 Furman Burg (Conselheira Poder Público/Secretaria Municipal de Trabalho e
48 Empreendedorismo); Roberto Lucca Molin (Conselheiro Poder Público/Secretaria de
49 Habitação de SP); Nelson Luiz Baeta Neves Filho (Conselheiro Poder

**SECRETARIA EXECUTIVA DO CONSELHO MUNICIPAL DE HABITAÇÃO - SECMH
ATA DA 4ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DO CONSELHO MUNICIPAL DE HABITAÇÃO - 6ª GESTÃO****REALIZADA EM 19/06/2018****Rua Líbero Badaró nº 504 – 18º andar – EDIFÍCIO MARTINELLI Auditório da Sala 182 – Centro – SP****PUBLICADO NO DIÁRIO OFICIAL DA CIDADE DE SÃO PAULO: SÁBADO, 21 DE JULHO DE 2018 – pp. 73, 74 e 75**

50 Público/Secretaria de Habitação de SP); Mônica Therezinha Barthié Rossi
51 (Conselheira Poder Público/CDHU); Fernando Arevalillo Llata (Conselheiro Poder
52 Público/CDHU); Lúcia Helena Silva (Conselheira Poder Público/CEF); Mariza Dutra
53 Alves (Conselheira Movimentos Populares/Movimento dos Trabalhadores Sem Terra
54 Leste 1); Everaldo Manoel de Aguiar (Conselheiro Movimentos Populares/Movimentos
55 dos Trabalhadores Sem Terra Leste 1); Antônia Lindinalva do Nascimento
56 (Conselheira Movimentos Populares/Associação dos Moradores do Conjunto
57 Habitacional 26 de Julho); Simone de Sousa Dias (Conselheira Movimentos
58 Populares/Associação dos Moradores do Conjunto Habitacional 26 de julho); José de
59 Jesus Ferreira Da Silva (Conselheiro Movimentos Populares/Associação dos
60 Trabalhadores Sem Teto da Zona Oeste); Geni da Fonseca Monteiro (Conselheira
61 Movimentos Populares/Associação Amigos do Jd. Ipanema); Ivanilda Rodrigues de
62 Sousa (Conselheira Movimentos Populares/Associação Amigos do Jd. Ipanema); Ana
63 Paula da Silva (Conselheira Movimentos Populares/Associação dos Trabalhadores
64 Sem Teto da Zona Noroeste); Adriana de Freitas Siqueira (Conselheira Movimentos
65 Populares/ Associação Trabalhadores Sem Teto da Zona Noroeste); Edinalva Silva
66 Franco (Conselheira Movimentos Populares/Associação Movimento Moradia em
67 Defesa dos Direitos Sociais); Pérciles Oliveira Santos (Conselheiro Movimentos
68 Populares /Associação Movimento Moradia em Defesa dos Direitos Sociais); Sheila
69 Cristiane Santos Nobre (Conselheira Movimentos Populares/Associação de Moradia
70 do Parque Otero); Manoel dos S. Almeida (Conselheiro Movimentos
71 Populares/Movimento em Defesa do Favelado Episcopal Belém); Jenilda Silva Araújo
72 (Conselheira Movimentos Populares/Movimento de Defesa do Favelado Região
73 Episcopal Belém); Edenilda das Neves Carneiro Sousa (Conselheira Movimentos
74 Populares/MDM); Maria do Amparo Oliveira (Conselheira Movimentos
75 Populares/MDM); Adriana da Silva Oliveira (Conselheira Movimentos
76 Populares/Associação de Defesa e Orientação ao Consumidor Contribuinte de SP);
77 Jéssica Freire Leite da Silva (Conselheira Movimentos Populares/Fórum dos Mutirões
78 de SP); Rogevaldo Rafael Cesário (Conselheiro Movimentos Populares/Fórum de
79 Cortiços e Sem Tetos de SP); Rosalvo Salgueiro (Conselheiro Movimentos
80 Populares/Movimentos Terra de Deus Terra de Todos); Vicente Leme Filho
81 (Conselheiro Movimentos Populares/Movimentos Terra de Deus Terra de Todos);
82 Silvana de Jesus Alves (Conselheira Movimentos Populares/IPAC); Alex Alves
83 Lourenço (Conselheiro Movimentos Populares/IPAC); Antônio Santiago Quintana
84 (Conselheiro Movimentos Populares/ MAC); Ana Luiza Patriota A. Costa (Conselheira
85 Sociedade Civil/ APEMEC); Paulo Emílio Buarque Ferreira (Conselheira Sociedade
86 Civil/CTB-SP); Carina Mie Saito (Conselheira Sociedade Civil/ CTB-SP); Paula
87 Fernanda Faria Rodrigues (Conselheira Sociedade Civil/CUT-SP); Juliana Lemes
88 Avanci (Conselheira Sociedade Civil/ Centro Gaspar Garcia de Direitos Humanos);
89 Cristina Boggi da Silva (Conselheira Sociedade Civil/Centro Gaspar Garcia de Direitos
90 Humanos); Patrícia Barboza da Silva (Conselheira Sociedade Civil/CREA-SP); Caio
91 Santo Amore de Carvalho (Conselheiro Sociedade Civil/FAU-SP); Marcelo Manhães
92 de Almeida (Conselheiro Sociedade Civil/OAB-SP); Nelson de Oliveira Candelária
93 (Conselheiro Sociedade Civil/OAB-SP); Rafael Borges Pereira (Conselheiro Sociedade
94 Civil/PEABIRU); Adelcke Rossetto Netto (Conselheiro Sociedade Civil/PEABIRU);
95 Fabiana Alves Rodrigues (Conselheira Sociedade Civil/PUC-SP); Celeste Maria Gama
96 Melão (Conselheira Sociedade Civil/PUC-SP); Thabata Kaoru Yamauchi (Conselheira
97 Sociedade Civil/SCIESP); Márcio Jeha Chéde (Conselheiro Sociedade Civil/SECOVI-
98 SP); Carolina Rafaella Ferreira (Conselheira Sociedade Civil/SECOVI-SP); Maurílio
99 Ribeiro Chiaretti (Conselheiro Sociedade Civil/SASP); Ronaldo Cury de Capua

**SECRETARIA EXECUTIVA DO CONSELHO MUNICIPAL DE HABITAÇÃO - SECMH
ATA DA 4ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DO CONSELHO MUNICIPAL DE HABITAÇÃO - 6ª GESTÃO****REALIZADA EM 19/06/2018****Rua Líbero Badaró nº 504 – 18º andar – EDIFÍCIO MARTINELLI Auditório da Sala 182 – Centro – SP****PUBLICADO NO DIÁRIO OFICIAL DA CIDADE DE SÃO PAULO: SÁBADO, 21 DE JULHO DE 2018 – pp. 73, 74 e 75**

100 (Conselheiro Sociedade Civil/SINDUSCON-SP) e Maristela Alves Lima Honda
101 (Conselheira Sociedade Civil/SINDUSCON-SP). Justificou a ausência a senhora:
102 Luciana de Oliveira Royer (Conselheira Sociedade Civil/FAU-SP). Presentes os (as)
103 convidados (as): Ana Maria Maluf Moussalli (CMH/SEHAB); Maria Cecília (Arquiteta da
104 COHAB) e André (Arquiteto da São Paulo Urbanismo). Pauta da reunião:
105 Apresentação pela SP Urbanismo do Diagnóstico e Programa de Interesse Público do
106 Projeto de Intervenção Urbana para o PIU do SETOR CENTRAL. Palestrante:
107 Arquiteta Rita de Cássia Gonçalves. O Sr. Aloísio dá início aos trabalhos e passa a
108 palavra à Sra. Rita de Cássia, para a apresentação do Item Único da pauta. Sra. Rita -
109 Boa tarde a todos. Eu devo dizer que estou muito contente de participar desse projeto
110 porque eu, junto com outros colegas, participei desse projeto há vinte anos, quando
111 concebemos a Operação Urbana Centro. De lá para cá, muita coisa mudou, não
112 apenas nos instrumentos urbanísticos, mas também na forma de participação da
113 sociedade nesses projetos desenvolvidos. Então, entendo que vamos ter chance de
114 fazer um projeto muito melhor do que foi esse à época, muito mais efetivo, muito mais
115 eficaz, e que todos possamos chamar de nosso projeto. A apresentação de hoje talvez
116 seja um pouco chata mesmo porque na maior parte dela vamos mostrar um
117 diagnóstico da área central. São aqueles elementos colhidos da realidade que
118 experimentamos e vivemos na área central, que vão informar a hipótese urbanística do
119 projeto e consequentemente as diretrizes que vamos dar na construção coletiva desse
120 projeto. Operação Urbana Centro. Por que vamos revisar essa lei de 1997? Primeiro
121 porque nesse período de vinte anos já passamos por dois Planos Diretores e duas
122 Leis de Zoneamento. Então, a principal razão da revisão desse projeto é adequar essa
123 intervenção nos distritos centrais a essa nova normativa. É uma área extensa essa
124 área de estudo. Então, o objetivo é tanto quanto possível aproximar a regulação dessa
125 área do PDE e da Lei de Zoneamento, definir um programa de intervenções. A Lei da
126 Operação Urbana Centro de 1997 não tinha um programa de intervenção definido.
127 Essa tarefa havia sido confiada à Comissão Executiva da Operação Urbana Centro,
128 que tinha possibilidade de propor intervenções. Daqui para frente ou, particularmente,
129 desde o Estatuto da Cidade, que é uma lei de 2001, as leis de Operação Urbana ou de
130 Intervenções Urbanas têm indicado onde será gasto o dinheiro eventualmente
131 arrecadado com a venda de potencial adicional de construção. Outro elemento que
132 caracteriza a Operação Urbana Centro é a gratuidade para o uso residencial no seu
133 perímetro de abrangência. Então, entendemos que passados vinte anos o objetivo de
134 incentivar a produção imobiliária para mercado na área central já foi alcançado e
135 talvez seja o momento de suprimir essas gratuidades para as faixas passíveis de
136 serem atendidas para o mercado. Quer dizer, nos pontos de atenção do projeto, o que
137 é importante pensarmos? Que a provisão habitacional de interesse social contém uma
138 diversificação das modalidades de atendimento social e condições de financiamento
139 dos programas públicos. Um aproveitamento dos imóveis ociosos subutilizados e
140 gestão da aplicação do parcelamento, edificação e urbanização compulsórios, de
141 alguma forma que possamos induzir esse estoque de imóveis subutilizados e ociosos
142 a um melhor aproveitamento para dinamização ainda maior da área central.
143 Mobilidade urbana em diversas escalas. Mais adiante os senhores vão ver as
144 questões que se levantam a respeito desse tema. E gestão de espaços públicos. O
145 que temos aí? Nesse mapa, essa parte mais escura é a parte dos distritos do anel
146 central. São os dez distritos da Prefeitura Regional da Sé. Esses distritos que estão
147 em cor mais escura estão contidos na macroárea de estruturação metropolitana. O
148 que é isso? É uma grande região da cidade que o Plano Diretor estabeleceu como
149 área para o desenvolvimento de projetos específicos. São áreas que contêm estrutura

**SECRETARIA EXECUTIVA DO CONSELHO MUNICIPAL DE HABITAÇÃO - SECMH
ATA DA 4ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DO CONSELHO MUNICIPAL DE HABITAÇÃO - 6ª GESTÃO****REALIZADA EM 19/06/2018****Rua Líbero Badaró nº 504 – 18º andar – EDIFÍCIO MARTINELLI Auditório da Sala 182 – Centro – SP****PUBLICADO NO DIÁRIO OFICIAL DA CIDADE DE SÃO PAULO: SÁBADO, 21 DE JULHO DE 2018 – pp. 73, 74 e 75**

150 de mobilidade, tem redes ferroviárias, redes metroviárias, uma oferta expressiva de
151 empregos e que têm funções metropolitanas. Então, ainda que tenhamos um
152 zoneamento nessa extensa macroárea de estruturação metropolitana, está previsto no
153 Plano Diretor que desenvolvamos projetos específicos para essas áreas. E quais são
154 os objetivos dessa região, chamada de Setor Central da Macroárea de Estruturação
155 Metropolitana? É o fortalecimento da centralidade municipal. Essa região da cidade,
156 como centro municipal e não apenas isso, mas centro metropolitano. Valorização de
157 áreas de patrimônio cultural. Essa área que estamos estudando concentra 85% de
158 todos os imóveis tombados no município, justamente porque é uma área de ocupação
159 mais antiga da cidade, tirando regiões de Santo Amaro e São Miguel Paulista.
160 Qualificação dos diferentes sistemas de transporte coletivo, estímulo à provisão
161 habitacional de interesse social, requalificação e reabilitação de áreas deterioradas e
162 subutilizadas. E um objetivo que não vale só para a área central, mas para toda a
163 região da cidade, que é promover uma maior proximidade entre grupos de baixa,
164 média e alta renda. Quer dizer, trabalhar no sentido da diminuição da segregação
165 espacial. E por fim a revisão e atualização da Operação Urbana Centro. Onde
166 estamos? Esse é o processo de elaboração do PIU, Projeto de Intervenção Urbana. O
167 estágio atual. Foi elaborado ao longo de 2017 um diagnóstico da área de intervenção
168 que está sendo apresentado resumidamente aqui, onde há um programa de interesse
169 público e esse material vai ser disponibilizado para consulta pública no site do Gestão
170 Urbana até o final desse mês. O que ele contém? Além do diagnóstico, ele contém
171 diretrizes urbanísticas, a viabilidade da transformação, que trata principalmente da
172 possibilidade de adensamento que essa área contenha. O impacto esperado.
173 Adensamento construtivo e populacional e o modo de gestão democrática. Quais são
174 as etapas subsequentes disso? Para construção desse projeto, imaginamos uma série
175 de diálogos setoriais. Um deles já aconteceu na semana passada com o coletivo do
176 Mundaréu da Luz. O que são esses diálogos setoriais? São reuniões com todos
177 aqueles agentes que têm demandas para essa área central. Sejam movimentos de
178 moradia, coletivos culturais, agentes econômicos, associação de comerciantes, enfim.
179 Falamos com as secretarias, CET, SMADS, SEHAB. O objetivo é criar condições para
180 o desenvolvimento de uma proposta conjunta para essa área. A proposta é que até o
181 final deste ano é que tenhamos um projeto, uma versão não final, mas acabada desse
182 projeto para que possa ir para discussão no ano que vem. Como vai ser a construção?
183 Estamos imaginando nesse momento agora, um pouco junho, começo de julho, de
184 diálogos. Depois, há um período de desenvolvimento do projeto. Depois uma nova
185 oportunidade desses diálogos em outubro, onde, com esses mesmos grupos e atores
186 que foram chamados para essa discussão inicial, façamos uma nova rodada de
187 discussões para ver o estágio da proposta. E, ao final desse processo, esse projeto vai
188 ser colocado em consulta pública. Não apenas no site do Gestão Urbana, mas
189 também com audiências presenciais, enfim, porque o objetivo é sempre o
190 aprimoramento da proposta. Então, estamos nesse momento do início dos diálogos
191 setoriais. Nos principais eixos desse diagnóstico, temos: população, emprego e renda.
192 Aqui estamos falando da área. Qual é a área que estamos trabalhando? São em torno
193 de 3.300 hectares. É uma área bastante expressiva e não significa que essa vai ser a
194 nova área da Operação Urbana, mas é a nossa área de estudo. Porque esses distritos
195 da área central têm uma série de interligações entre si, que nos exigem que
196 estudemos isso em conjunto. Ela corresponde a 2% da área do município. E ela reúne
197 4% da população. Comparativamente a outras regiões do município é uma área que
198 tem alta densidade. O que observamos? Esse gráfico mostra a população desses
199 distritos da área central, nos anos de 1980, 1991, 2000 e 2010, que são os anos de

**SECRETARIA EXECUTIVA DO CONSELHO MUNICIPAL DE HABITAÇÃO - SECMH
ATA DA 4ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DO CONSELHO MUNICIPAL DE HABITAÇÃO - 6ª GESTÃO****REALIZADA EM 19/06/2018****Rua Líbero Badaró nº 504 – 18º andar – EDIFÍCIO MARTINELLI Auditório da Sala 182 – Centro – SP****PUBLICADO NO DIÁRIO OFICIAL DA CIDADE DE SÃO PAULO: SÁBADO, 21 DE JULHO DE 2018 – pp. 73, 74 e 75**

200 censo, e 2017, onde foi feita uma projeção. Observamos que nesses distritos da área
201 central a população residente veio caindo até os anos 2000. A partir dali há uma
202 retomada, um retorno dos habitantes para a área central. E essas bolinhas mostram
203 onde estamos hoje em relação ao que fomos. Por exemplo, o Belém está quase
204 alcançando a população que teve em 1980. A Mooca, que é uma bolinha verde lá, em
205 cima, já chegou. A República é um dos distritos que ultrapassou a população residente
206 dos anos 1980. Então, é essa a situação em que nos encontramos. Nos últimos quase
207 vinte anos, vem ocorrendo uma retomada, um retorno da população à área central.
208 Densidade de habitantes. Essas são as densidades dos distritos da área central. Os
209 distritos mais populosos são da Bela Vista, da República e de Santa Cecília. Nesse
210 trabalho, adotamos sempre nesses projetos de intervenção urbana uma densidade
211 meta. Estamos situando a densidade meta do projeto na densidade de Santa Cecília.
212 Algo em torno de duzentos habitantes por hectare. A média hoje da área central é de
213 cento e quarenta e cinco habitantes por hectare. Vamos tratar desse tema com mais
214 detalhes mais à frente. Esse mapa é das densidades. Observamos que os distritos de
215 Santa Cecília, Bela Vista, trechos da Liberdade, que são as manchas mais escuras,
216 têm as mais altas densidades dessa área. E os distritos mais comerciais, como Bom
217 Retiro, Pari e Brás, são os menos densos. Um dos objetivos do projeto seria equilibrar
218 essas densidades nessa região. Coincidentemente, esse mapa mostra a distribuição
219 da população em termos de renda. Quer dizer, a parcela de renda mais alta habita nos
220 distritos da Consolação, Bela Vista e trechos da Liberdade. Ainda que haja uma
221 parcela expressiva de renda média no Cambuci, na Liberdade e em Santa Cecília, e
222 mesmo na República. Quer dizer, um outro objetivo é a melhoria dessas condições.
223 Vulnerabilidade social. Esse mapa é o oposto daquele visto anteriormente; as áreas de
224 maior vulnerabilidade são aquelas associadas à população de menor renda. Mais
225 sujeitas a deslocamentos, a moradia subnormal e a todos esses efeitos. Oferta de
226 empregos. Os principais distritos no quesito oferta de empregos são Bela Vista,
227 República e Sé. Principalmente do setor de serviços. Esses índices, quando
228 transpostos a empregos por habitante, aqueles que têm oferta do maior número de
229 empregos por habitantes são República e Sé. O que isso quer dizer? Perseguimos no
230 Urbanismo um objetivo de que o número de moradores de um determinado bairro
231 esteja equilibrado com o número de empregos desse mesmo bairro. A expectativa não
232 é que as pessoas trabalhem no mesmo bairro onde habitam, mas, se tivermos um
233 equilíbrio desses números na cidade, isso é um indicador que nos permite imaginar
234 que estamos trabalhando na redução no número de deslocamentos das pessoas em
235 busca de postos de trabalho. Então, é um número que sempre buscamos equilibrar no
236 projeto, embora sabendo que nem todo mundo que mora ali vai trabalhar ali mesmo.
237 Isso aqui é a representação gráfica das barrinhas que vimos, quer dizer, temos mais
238 densidade de emprego na Bela Vista, Sé e República. Qualquer um que frequente
239 essas áreas pode presenciar a grande oferta de serviços, de comércios de toda
240 natureza. E onde há mais empregos por habitante é justamente nos dois distritos
241 centrais, Sé e República. Aí temos uma sequência de tabelas. Tivemos entre 2007 e
242 2014 em vários bairros a redução dos postos de trabalho. Vamos ver por que depois.
243 Então, no comércio, no Cambuci, houve um aumento dos postos de trabalho entre
244 2007 e 2014. Foi o único lugar em que houve aumento. Nos outros, por exemplo, na
245 República, houve a perda de postos de trabalho de 47%. Na Sé, 43%. Em geral, se
246 deu a substituição dos comércios horizontais por edifícios residenciais. Vamos ver
247 mais à frente no outro gráfico. Os serviços também tiveram a mesma redução. Já na
248 construção civil, podem observar, no distrito da Consolação, Pari, República e Sé,
249 houve um incremento importante. Os números absolutos que são esses da coluna de

**SECRETARIA EXECUTIVA DO CONSELHO MUNICIPAL DE HABITAÇÃO - SECMMH
ATA DA 4ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DO CONSELHO MUNICIPAL DE HABITAÇÃO - 6ª GESTÃO**

REALIZADA EM 19/06/2018

Rua Líbero Badaró nº 504 – 18º andar – EDIFÍCIO MARTINELLI Auditório da Sala 182 – Centro – SP

PUBLICADO NO DIÁRIO OFICIAL DA CIDADE DE SÃO PAULO: SÁBADO, 21 DE JULHO DE 2018 – pp. 73, 74 e 75

250 2014, na verdade, eles são mais representativos que o percentual. Porque o
251 percentual é assim: se havia um e viraram dois, aumentou 100%, mas, em número,
252 isso não representa muito. Por exemplo, na Bela Vista, entre 1997 e 2014, dobrou o
253 número de empregos ofertados. No Bom Retiro triplicou. No Brás aumentou também.
254 No Cambuci. Vamos ter todos os indicadores. Onde diminuiu um pouco? Em Santa
255 Cecília. E talvez porque já tenha sido uma área de construções em épocas anteriores.
256 Na Sé houve um aumento significativo. Então, a média geral dos distritos é um
257 aumento de 72% dos empregos de construção civil nos anos finais, entre 2007 e 2014.
258 A indústria de transformação teve perda. Não é tão significativa, em relação ao
259 município. O município perdeu 10% dos empregos industriais. Nos distritos do anel
260 central eles se equilibraram; alguns perderam, outros ganharam. Então, ficou mais ou
261 menos estabilizada essa situação nessas décadas, ainda que haja uma migração do
262 emprego dentro desses distritos. Em relação à mobilidade, a área central é bem
263 servida de transporte público de média e alta capacidade. Todas as linhas de metrô
264 chegam à área central, menos a Linha 5 – Lilás, que ainda não está conectada à rede.
265 Mas temos a Linha 1 – Azul, a Linha 2 – Verde, no limite exterior da Paulista, a Linha 2
266 – Vermelha, a Linha Amarela, além das linhas da CPTM. Além das linhas de média e
267 alta capacidade, o serviço de ônibus é bastante intenso na área central. Temos em
268 torno de sete ou oito terminais de ônibus no nosso âmbito de estudo. É uma área da
269 cidade que é alimentada por ônibus vindos de todas as direções da cidade. Isso aqui é
270 um gráfico que mostra as linhas estruturais, que são as linhas de longa distância, que
271 vêm pelos corredores. Então, todos chegam ao centro e essa linha é complementada
272 pelas linhas de distribuição, que são aquelas que fazem as conexões entre os pontos
273 terminais de ônibus e os bairros mais afastados do centro. Um dado bastante
274 preocupante para nós é o número de atropelamentos na área central. Essas regiões
275 de conflito entre transporte coletivo e pedestres. Há uma concentração expressiva de
276 acidentes, de atropelamentos. Esse mapa indica atropelamentos com morte. Ali, em
277 torno da Praça João Mendes, naquela parte da rótula, Viaduto Maria Paula, Praça
278 João Mendes, essa mancha mais escura aí. Essa é uma tabela. Observamos mortes
279 na área estudada e há uma concentração importante em torno dos 60 ou mais anos.
280 Às vezes temos tempos semafóricos muito curtos, um volume muito intenso de tráfego.
281 Na área específica da Operação Urbana Centro, que é Distrito Sé, República e Brás,
282 pessoas de 60 anos ou mais, quer dizer, temos um número que é o dobro de outras
283 faixas etárias nessa faixa. Fluxo de viagens a pé. Essas áreas mais escuras mostram
284 áreas onde há uma densidade maior de movimentação de pessoas a pé. Podemos
285 observar, na Região do Parque Dom Pedro, mais à direita, essa mancha clara, e mais
286 à direita ainda, aquela mancha branca, temos o arco da ferrovia, quer dizer, há regiões
287 da cidade que pela configuração da malha viária ou pela existência de barreiras, como
288 na ferrovia, a conexão entre as áreas por percursos a pé é muito dificultada. Essa é
289 também uma das questões a se defrontar. Essas são nossas barreiras. Temos a
290 ferrovia, as vias estruturais do corredor Norte-Sul, que é esse eixo 23 de Maio, 9 de
291 Junho, que convergem para a Avenida Prestes Maia, Avenida Tiradentes. A orla fluvial
292 do Tamanduateí, que vai encontrar com o Tietê lá, em cima. A própria via de Ligação
293 Leste-Oeste na parte de baixo, entre a Praça Roosevelt e até engatar na Alcântara
294 Machado. São questões complicadas da mobilidade e que dificultam o acesso aos
295 serviços e empregos da área central por pessoas que moram nos distritos vizinhos.
296 Essa é uma tabela talvez um tanto óbvia de que as viagens internas na região central
297 se dão principalmente por deslocamentos a pé. Em segundo lugar por transporte
298 coletivo. Cerca de 70% das viagens internas se dão por deslocamentos a pé. E as
299 viagens externas principalmente por transporte coletivo; 70% das pessoas que

**SECRETARIA EXECUTIVA DO CONSELHO MUNICIPAL DE HABITAÇÃO - SECMH
ATA DA 4ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DO CONSELHO MUNICIPAL DE HABITAÇÃO - 6ª GESTÃO**

REALIZADA EM 19/06/2018

Rua Líbero Badaró nº 504 – 18º andar – EDIFÍCIO MARTINELLI Auditório da Sala 182 – Centro – SP

PUBLICADO NO DIÁRIO OFICIAL DA CIDADE DE SÃO PAULO: SÁBADO, 21 DE JULHO DE 2018 – pp. 73, 74 e 75

300 chegam de outras regiões da cidade ao centro vêm em transporte coletivo. Acho que
301 ao longo dos anos houve uma série de regulamentações de tráfego que trabalharam na
302 direção da redução do tráfego veicular particular na área central. E devo dizer que
303 vamos prosseguir na mesma linha. Isso é referente às áreas de estacionamento
304 dentro da área central. Esses risquinhos em azul são as áreas de zona azul. A nosso
305 ver, talvez há uma oferta grande demais de áreas de estacionamento nas vias na área
306 central. Grande demais eu digo porque temos áreas de concentração comercial, que
307 poderiam se beneficiar não da supressão de áreas de estacionamento, mas de uma
308 melhor organização dos pontos de oferta de vagas de estacionamento, de tal forma
309 que pudéssemos qualificar os percursos a pé nessas áreas comerciais. E mesmo as
310 áreas onde se tem circulação de coletivos na área central, que pudessem ficar
311 desimpedidas desse uso do meio-fio por veículos particulares. Independentemente de
312 assinalar áreas de carga e descarga, de desembarque e embarque, que são
313 importantes na área central. Isso é um pouco da distribuição da moradia e dos usos
314 não residenciais do centro, quer dizer, esse mapa fala de predominâncias. Se uma
315 quadra tiver mais uso residencial que não residencial, ela vai estar destacada aí.
316 Então, a predominância do uso residencial está principalmente nesses distritos do lado
317 de cá, Consolação, Bela Vista, Santa Cecília, Liberdade e Cambuci, e os usos não
318 residenciais do outro lado, que é o oposto desse mapa. Um dos objetivos do projeto é
319 dar uma equilibrada nessas questões, inserir mais uso residencial nessa área e
320 também fomentar o uso misto em novos empreendimentos naquela área de
321 Consolação, Bela Vista e Liberdade. O que eu dizia era isso, esse gráfico mostra a
322 transformação de uso das quadras que compõem esses distritos analisados. Então,
323 essa barrinha azul escura aqui, para baixo, são os usos industriais. E essa outra
324 vermelhinha é o comércio horizontal. Quer dizer, esses espaços acabaram se
325 transformando em edifícios residenciais ou edifícios comerciais verticais, que é aquela
326 barra alta na ponta do gráfico. Acho que é perceptível para todo mundo que circula na
327 área central que houve uma produção imobiliária residencial para camadas de renda
328 média onde antes havia o uso comercial horizontal. Essas são as áreas de
329 concentração de atividade econômica. Essas manchas roxas que estão vendo, do lado
330 esquerdo é a área do Bom Retiro, que tem as confecções, uso industrial, e do lado
331 direito é a zona do Brás e Rua Oriente. Também uma área de confecção bastante
332 consolidada e próspera. Quem quiser que passeie por essas áreas vai verificar que os
333 estabelecimentos comerciais estão bem conservados, o fluxo de público é bastante
334 intenso. São áreas muito importantes para essa área do centro metropolitano. Aqui no
335 meio aparecem as outras coisas, a área em torno do Mercado Central e da zona
336 cerealista. A zona cerealista, quando fizemos o projeto de 1997, era um objetivo que
337 ela saísse da área central porque era um comércio atacadista que enxergávamos que
338 impedia a localização de outros usos que poderiam se beneficiar dessa infraestrutura.
339 Ao longo desses anos, a zona cerealista assumiu também caráter de abastecimento
340 de varejo. Então, criou-se uma outra dinâmica e imaginamos rever certas restrições
341 que estavam contidas na lei de 1997 em função dessa nova dinâmica instalada. Aí
342 temos a área comercial da 25 de Março, que é abaixo dessa zona, essa zona meio
343 verdinha compridinha. Isso que desce aqui em direção à parte sul do perímetro é a
344 zona 25 de Março. Aquela mancha roxa clara é a área da Santa Efigênia, que é uma
345 área importante também comercial. Dispersa pela cidade há uma atividade cultural e
346 gastronômica muito importante na área central, que queremos valorizar. Do outro lado
347 do Parque Dom Pedro há uma zona madeireira, ao longo da Rua do Gasômetro e do
348 começo da Rangel Pestana. Então, são atividades que oferecem emprego e
349 dinamismo econômico e cujo funcionamento é importante que possamos com esse

**SECRETARIA EXECUTIVA DO CONSELHO MUNICIPAL DE HABITAÇÃO - SECMMH
ATA DA 4ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DO CONSELHO MUNICIPAL DE HABITAÇÃO - 6ª GESTÃO****REALIZADA EM 19/06/2018****Rua Líbero Badaró nº 504 – 18º andar – EDIFÍCIO MARTINELLI Auditório da Sala 182 – Centro – SP****PUBLICADO NO DIÁRIO OFICIAL DA CIDADE DE SÃO PAULO: SÁBADO, 21 DE JULHO DE 2018 – pp. 73, 74 e 75**

350 projeto melhorar. O PDE menciona nos seus artigos 182 e 185 um tal de Centro Polo
351 de Economia Criativa. O que é isso? São áreas da cidade cujas atividades têm uma
352 característica de inovação. E abrangem uma grande quantidade de atividades, desde
353 os coletivos culturais, da oferta de cinemas e teatros, a área de produção de filmes,
354 gastronomia, a área de instrumentos musicais. Quer dizer, toda essa dinâmica da área
355 central foi percebida no PDE e se imaginou um perímetro para isso, que é essa
356 mancha bege, que aparece. Isso está perimetrado no PDE, onde se propõem
357 benefícios fiscais, isenção de IPTU, isenção de taxas municipais e simplificação de
358 procedimentos para instalação e funcionamento. Devo dizer que incentivos fiscais não
359 vão ser objeto da nova lei que vai regular essa área central. Isso deve ser objeto de
360 uma lei específica que trate desses temas. A nossa tarefa vai ser ver de que maneira
361 intervenções urbanísticas favorecem essas atividades na área central. Espaços
362 públicos. O Programa Centro Aberto tem sido cada vez mais bem recebido pela
363 população. Vimos tendo resultados de aceitação muito positivos dessa iniciativa
364 porque quem trabalha há muitos anos no centro, como eu, pode testemunhar a
365 dificuldade que temos na hora de almoço de encontrar um lugar para ficar, para estar,
366 sem que seja preciso consumir alguma coisa ou estar em um estabelecimento
367 comercial. Então, essa foi uma proposta de sucesso que deve ser replicada. O que as
368 pessoas avaliaram mais positivamente nessa ação? Mobiliário, conforto, são espaços
369 Wi-Fi, que favorecem todo mundo, essas atividades dirigidas. Às vezes, se tem
370 cinema, jogos. Há uma proposta de animação, um programa de animação desses
371 equipamentos do Centro Aberto. Então, se olharmos, as ruas são os espaços públicos
372 mais encontráveis em toda a região na cidade. A rua não é apenas um local onde
373 transitam veículos e tudo mais. Mas é um local onde usufruímos da cidade. Então, é
374 importante que as ruas sejam seguras, percorráveis, que elas sejam arborizadas para
375 que possamos transitar com conforto e tudo mais. Está claro que não vamos conseguir
376 fazer uma ação na totalidade dessas ruas da área central, mas há programas
377 específicos para ruas específicas. Praças. Encontramos praças que têm atratividade
378 regional, como por exemplo a Praça da Sé, a Praça da República, que são
379 equipamentos que atraem todo mundo. Mesmo o Vale do Anhangabaú, com um
380 projeto que está sendo concebido para ele, e tem as pracinhas de bairro. Essa
381 pracinha que estamos vendo embaixo é uma pracinha no Pari, que é um espaço
382 adorável. Em volta, ainda há um uso residencial. Parece que estamos em uma
383 cidadezinha do interior. Quer dizer, são coisas a serem preservadas nesse projeto.
384 Nem tudo será transformado. Há locais que têm uma qualidade de vida bastante
385 importante e, se conseguirmos manter, já teremos feito muito. Aí temos espaços
386 cívicos, que são, por exemplo, o próprio Vale do Anhangabaú, que é um espaço
387 histórico de reunião da população, de eventos de comemoração. Mesmo agora, na
388 Copa, estamos tendo alguns eventos no Vale do Anhangabaú. E o novo projeto, que
389 está sendo desenvolvido há algum tempo na administração para essa área, favorece
390 ainda mais esse tipo de função. Estamos no Alto da Colina, na Colina de São Paulo.
391 Descendo em direção aos Vales do Anhangabaú ou Vale do Rio Tamanduateí, temos
392 uma série de escadarias, passagens e tudo mais. São espaços importantes de serem
393 qualificados. Depois temos as galerias que atravessam edifícios, através das quais
394 transitamos entre os edifícios para vencer as quadras; passagens e passarelas sobre
395 a ferrovia, pontes e viadutos; a própria orla dos rios é um espaço a ser qualificado.
396 Quer dizer, ao longo dos anos esses espaços foram muito maltratados. Eles não
397 tiveram relevância no tratamento. Os nossos rios foram principalmente espaços
398 entendidos como adequados para receber vias expressas, vias de trânsito intenso e é
399 esse cenário que devemos trabalhar para alterar. E a questão do mobiliário urbano

**SECRETARIA EXECUTIVA DO CONSELHO MUNICIPAL DE HABITAÇÃO - SECMH
ATA DA 4ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DO CONSELHO MUNICIPAL DE HABITAÇÃO - 6ª GESTÃO****REALIZADA EM 19/06/2018****Rua Líbero Badaró nº 504 – 18º andar – EDIFÍCIO MARTINELLI Auditório da Sala 182 – Centro – SP****PUBLICADO NO DIÁRIO OFICIAL DA CIDADE DE SÃO PAULO: SÁBADO, 21 DE JULHO DE 2018 – pp. 73, 74 e 75**

400 que talvez muito recentemente vimos nos ocupando desse tema na qualificação
401 desses espaços, para atendimento da população. Patrimônio histórico. Como eu disse,
402 85% dos imóveis de interesse histórico estão na área central. Então, não podemos
403 conduzir um projeto sem que se imagine como tirar partido disso, desses testemunhos
404 da nossa história. São edifícios cuja restauração nem sempre é fácil, viável.
405 Eventualmente, mais custosa. Mas uma tarefa que temos vai ser encontrar uma forma
406 de viabilizar essa recuperação. O que estão vendo aí são os perímetros que foram
407 estudados pelo DPH e que foram objetos de resoluções. Temos um perímetro na área
408 central do Anhangabaú (é um tom mais rosinha aí no meio). Depois, acima, o
409 perímetro da Santa Efigênia, que é quase um trapézio. Aquela mancha azul é de
410 Campos Elíseos. Depois aqui, mais abaixo, nesse verde mais escuro, do outro lado,
411 que é a Grota do Bixiga, que é uma área super importante onde há uma concentração
412 espetacular de imóveis antigos. E essa mancha verde, que é a área da Liberdade,
413 que também tem um número bastante grande de imóveis indicados para preservação.
414 O Plano Diretor também foi sensível a essa questão do patrimônio histórico e
415 estabelece, parecido com aqueles incentivos que ele dá para os territórios Polos de
416 Economia Criativa, a possibilidade de incentivos para esses territórios de interesse da
417 cultura e da paisagem. Isenção de taxas, simplificação de procedimentos para receber
418 novos usos, e coisas desse tipo. Nossa tarefa vai ser encontrar incentivos à
419 recuperação desses imóveis. Um dado importante de imóveis de patrimônio histórico,
420 desses imóveis tombados, particularmente na área central, muitas vezes alguns deles
421 estão encortiçados e outros foram objetos de ocupações. Isso assinala o fato de que
422 temos uma convergência de coisas. A qualificação da moradia nesses imóveis de
423 interesse histórico e de que maneira conseguimos viabilizar isso, garantir a
424 restauração dos imóveis e a melhoria das condições de habitabilidade para a
425 população moradora. Agora, vamos falar de moradia, produção privada e produção
426 pública. Aqui essas manchas amarelas, meio esverdeadas, são os perímetros de ZEIS
427 da área central, e essas manchas verdes escuras são as ZEPECs, os imóveis
428 tombados. Em algumas ZEIS temos alguma coincidência dessas coisas,
429 principalmente, aqui, na Grota do Bixiga, alguns trechos da Baixada do Glicério. Mais
430 para a direita, essa é a região da Baixada do Glicério, onde temos perímetros de ZEIS
431 e temos algumas vilinhas que foram preservadas. Na Grota do Bixiga, mais para o
432 lado esquerdo, essa é a ZEIS que abrange parte da Grota do Bixiga. Agora, quero que
433 prestem atenção nesses perímetros de ZEIS. Além desse diagnóstico, o projeto está
434 avançando. Estamos levantando aqueles imóveis que estão efetivamente disponíveis
435 para ZEIS para produção imobiliária. É um número bem menor do que aparece nessas
436 manchas. Isso aqui é uma combinação das ZEIS e dos imóveis que já têm notificação
437 para parcelamento, edificação e urbanização compulsórios. Quer dizer, um número
438 bastante grande, em torno de 600 imóveis na área central, que estão sendo
439 empurrados para sua utilização. Isso é um dado de vacância de imóveis. São 14% dos
440 imóveis da área central, imóveis habitacionais, que estão vagos. Há um percentual
441 que tem que se manter vago para não termos, vamos dizer, uma explosão de preço.
442 Se tenho nenhum imóvel vago e um monte de demanda, o valor dos alugueis sobe. Há
443 tempos apareceu um artigo na Folha que situava esse número em torno de 8%. De
444 toda forma, pelo menos metade desses domicílios vagos poderiam muito bem ser
445 ocupados sem que houvesse um impacto no preço do valor de locação. Isso são os
446 imóveis que foram notificados por estarem subutilizados, ociosos. No município todo
447 foram 1308 e só no perímetro da Operação Urbana Centro aqueles que eu mostrei
448 pintadinhos no outro slide são 606 imóveis. Isso é produção para mercado. O que
449 vemos? Cada um desses pontinhos é uma produção imobiliária. Essas áreas que têm

**SECRETARIA EXECUTIVA DO CONSELHO MUNICIPAL DE HABITAÇÃO - SECMH
ATA DA 4ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DO CONSELHO MUNICIPAL DE HABITAÇÃO - 6ª GESTÃO****REALIZADA EM 19/06/2018****Rua Líbero Badaró nº 504 – 18º andar – EDIFÍCIO MARTINELLI Auditório da Sala 182 – Centro – SP****PUBLICADO NO DIÁRIO OFICIAL DA CIDADE DE SÃO PAULO: SÁBADO, 21 DE JULHO DE 2018 – pp. 73, 74 e 75**

450 uma mancha significam que esses empreendimentos pagaram outorga onerosa. No
451 âmbito da Operação Urbana Centro, que são os distritos centrais, nesses últimos vinte
452 anos deu-se gratuidade para o uso residencial. Então, nessa área central a produção
453 habitacional para mercado foi gratuita nos últimos vinte anos. O que temos aqui? Essa
454 é a produção imobiliária residencial vertical em número de unidades produzidas. O
455 distrito da República, entre 2010 e 2015, foi o que mais produziu no município. Em
456 torno de 4568 unidades produzidas. E basta passear pelas ruas aqui, entre a Praça da
457 República e o Vale do Anhangabaú, que vamos ver uma série de empreendimentos. E
458 no Brás também, 3074 novas unidades habitacionais. O que esse mapa mostra? A
459 média de moradores por residência no Município de São Paulo é de 3,14 pessoas.
460 Pode se imaginar que são familinhas. Na área central esse número cai para 2,5.
461 Então, olhando esse primeiro gráfico, vemos que os distritos que ultrapassam essa
462 marca de 2,5 são Brás, Bom Retiro, Pari e Cambuci, quer dizer, distritos onde vamos
463 encontrar nas residências um número maior de famílias. E não de casais ou pessoas
464 sozinhas. No entanto, vejam a República, um dos distritos onde mais se produziram
465 unidades habitacionais nesses anos de 2000 a 2015, onde a média é de 2,14
466 moradores por unidade residencial. Em Santa Cecília, onde se produziram sete mil
467 unidades, a média é de 2,29 moradores por unidade. Na Bela Vista, 2,19. Isso significa
468 que essa produção imobiliária esteve principalmente voltada para famílias pequenas
469 ou pessoas sozinhas. E o que buscamos agora é incentivar também, nos distritos do
470 anel central, fora de Sé e República, que haja também um fluxo maior de famílias para
471 essas áreas. Esse mapa aqui, o que ele mostra? Toda vez que começamos a estudar
472 uma área, tratamos de identificar a capacidade de transformação dessas áreas.
473 Quando olhamos a área central, considerando os usos que aqui estão, a densidade já
474 construída, existe uma maior possibilidade de transformação nessas áreas mais
475 escurinhas. Como se vê no entorno do Parque Dom Pedro, em algumas áreas,
476 próximo da ferrovia no Belém, uma outra manchinha, ali, em cima, entre a ferrovia e a
477 Marginal Tietê, esse triângulo, que fica no canto superior esquerdo, também uma
478 manchinha mais escura. Todo esse triângulo grande. Então, temos áreas onde esse
479 adensamento deve ser mais incentivado. Por exemplo, tem áreas no Bom Retiro e no
480 Brás, que são horizontais, mas têm um uso comercial tão intenso que nem
481 imaginamos que aquilo possa dar lugar à moradia. Eventualmente, podemos ter
482 inserções, a combinação de uso residencial ou não residencial, mas as nossas áreas
483 preferenciais de adensamento são essas: aquele trecho de Santa Cecília, entre a
484 ferrovia e a marginal, esse trecho entre o Parque Dom Pedro e a ferrovia, aqui,
485 embaixo, perto da Alcântara Machado, aquele trecho mais ao norte, depois do
486 Tamanduateí, entre o Tamanduateí e a Marginal Tietê, perto da Portuguesa, aquele
487 trecho do Pari, e aqui perto da Baixada do Glicério, onde ainda existe a possibilidade
488 de adensamento construtivo e populacional. Se formos falar do quanto cabe de gente
489 nessa área, poderíamos dizer que conseguimos, com uma densidade em torno de
490 duzentos e oitenta habitantes por hectare. Praticamente dobrar essa população. Mas
491 nossas metas são menos ambiciosas, em termos de capacidade numérica. Caberia o
492 dobro de pessoas que moram nessa área, se conseguíssemos realizar o potencial
493 construtivo de toda aquela área escura que mostramos. E qual a hipótese urbanística?
494 Aquilo que acabamos de apresentar foi o diagnóstico. O que estamos imaginando para
495 a área central? Que morar no centro é morar nos distritos do anel central, quer dizer,
496 não apenas Sé e República, mas morar no Brás, no Belém, no Pari, no Bom Retiro e
497 morar em Santa Cecília. E que a melhoria das conexões entre os territórios separados
498 pela ferrovia e pelo rio favorecem a relação de complementaridade que têm os distritos
499 da Sé e República e demais distritos. O que significa isso? Se melhorarmos as

**SECRETARIA EXECUTIVA DO CONSELHO MUNICIPAL DE HABITAÇÃO - SECMH
ATA DA 4ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DO CONSELHO MUNICIPAL DE HABITAÇÃO - 6ª GESTÃO****REALIZADA EM 19/06/2018****Rua Líbero Badaró nº 504 – 18º andar – EDIFÍCIO MARTINELLI Auditório da Sala 182 – Centro – SP****PUBLICADO NO DIÁRIO OFICIAL DA CIDADE DE SÃO PAULO: SÁBADO, 21 DE JULHO DE 2018 – pp. 73, 74 e 75**

500 condições das pessoas irem de um lado para o outro nessa região, garantimos que a
501 população possa aproveitar melhor os serviços da área central, os empregos da área
502 central, e toda ela se movimentar com muito mais facilidade nesse território. O
503 patrimônio edificado é um ativo do projeto urbanístico. Então, ao invés de enxergar o
504 imóvel tombado, o imóvel de interesse histórico, como um problema, como um
505 obstáculo à produção imobiliária, vamos buscar tirar partido desse patrimônio. Então,
506 estamos estudando esse perímetro, que pega os distritos Sé e República, uma parte
507 de Santa Cecília, Bom Retiro inteiro, Pari inteiro, Brás inteiro e uma parte do Belém.
508 Isso não significa que venhamos a fazer uma lei grande para essa área toda, mas
509 podem ser projetos específicos aproveitando a particularidade de cada uma dessas
510 áreas. Quais são os objetivos? São aqueles estabelecidos pelo Plano Diretor, garantir
511 moradia digna, qualificar os espaços públicos, preservar patrimônio histórico, fortalecer
512 base econômica local, orientar o crescimento, melhorar a mobilidade e a
513 acessibilidade e incorporar a agenda ambiental. Garantir moradia. Esses instrumentos
514 urbanísticos que manejamos nesses projetos e viabilizam a recuperação da mais valia
515 na forma de recursos para investimento público. E onde podemos gastar esse dinheiro
516 no quesito moradia? Podemos adquirir terrenos, construir unidades habitacionais,
517 podemos adquirir e reformar imóveis para habitação. O Bolsa Aluguel é só para a
518 população afetada por obras do programa de intervenções já com previsão de
519 atendimento definitivo. Podemos intervir em assentamentos precários e podemos
520 incentivar a produção imobiliária. O que esses instrumentos fazem? Não definimos
521 políticas habitacionais. Essa é uma prerrogativa da Secretaria de Habitação. Na
522 verdade, participamos do financiamento de ações definidas pela SEHAB. Se
523 tomarmos o PMH como referência nas diversas modalidades que ele propõe, o que
524 podemos trabalhar? Por exemplo, a modalidade de abrigamento transitório em imóveis
525 públicos, podemos financiar a construção desses imóveis públicos. O Bolsa Aluguel,
526 sempre que estiver associado à população que foi deslocada por alguma obra do
527 programa de intervenções e por um período definido. Podemos atuar em todas essas
528 modalidades de provisão habitacional porque elas implicam ou em construção de
529 próprios públicos ou em compra de terrenos ou na aquisição de imóveis privados. E
530 podemos também investir na requalificação de assentamentos precários porque são
531 todas essas ações de caráter definitivo. Não são ações continuadas no tempo. Eles
532 têm começo, meio e fim. Sempre que houver essa condição é possível deslocar
533 recursos para essas finalidades. Quais são as metas para moradia desse projeto?
534 Uma densidade de referência de 200 habitantes por hectare. Um incremento
535 populacional em torno de 130 mil pessoas. E não das 280 mil que caberiam nesse
536 território. Um incentivo ao alto adensamento nos distritos do Bom Retiro, Brás, Pari e
537 na porção norte de Santa Cecília. Vamos manter o padrão de adensamento dos
538 distritos da Sé e República e de Santa Cecília na parte baixa da ferrovia. Incentivar o
539 retrofit de edifícios subutilizados, seja para recuperação e venda, seja para
540 implementação de programa de Aluguel Social, nas modalidades já previstas no PMH.
541 Vamos integrar os perímetros de ZEIS para conformação de um anel habitacional
542 popular qualificado. Isso é uma preocupação nossa, que não façamos simplesmente
543 empreendimentos habitacionais, mas que eles sejam integrados ao bairro, integrados
544 entre si e integrados aos bairros onde estão. E o subsídio a programas públicos de
545 atendimento à população moradora de rua. Esse foi um investimento que nunca
546 fizemos. Talvez porque em outros perímetros estudados essa não fosse uma questão
547 tão relevante como é na área central. Qualificar espaços públicos. O que temos
548 observado? Quais são os objetivos? A escala humana do projeto, dimensionar
549 benefícios econômicos, espaços públicos adequados para todos. Então, a questão da

**SECRETARIA EXECUTIVA DO CONSELHO MUNICIPAL DE HABITAÇÃO - SECMH
ATA DA 4ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DO CONSELHO MUNICIPAL DE HABITAÇÃO - 6ª GESTÃO****REALIZADA EM 19/06/2018****Rua Líbero Badaró nº 504 – 18º andar – EDIFÍCIO MARTINELLI Auditório da Sala 182 – Centro – SP****PUBLICADO NO DIÁRIO OFICIAL DA CIDADE DE SÃO PAULO: SÁBADO, 21 DE JULHO DE 2018 – pp. 73, 74 e 75**

550 acessibilidade universal, valorizar a cultura e o contexto, quer dizer, que os espaços
551 públicos sejam projetados de acordo com o seu caráter, que tenham praças de
552 alcance regional, praças que tenham um caráter mais coletivo. E os espaços
553 sustentáveis, quer dizer, que implantemos projetos que tenham durabilidade e
554 capacidade de se manterem íntegros ao longo do tempo. Há um plano em especial,
555 lembram quando mostrei aquele mapa cheio de ruas? Temos o objetivo, pelo menos,
556 de qualificar esses bulevares, que são as grandes avenidas, que chegam até a rótula
557 central, que são avenidas que em geral têm grandes larguras, canteiro central e
558 condições de receber arborização de médio e grande porte. Muitas delas já estão
559 arborizadas, mas esse projeto paisagístico merece ser revisto e qualificado. Aí são as
560 diretrizes, qualificar os bulevares, a criação de rotas comerciais qualificadas, a
561 conexão entre centralidades, a melhoria de áreas para uso público de estar e lazer, e
562 diminuir os problemas de acessibilidade. Preservar o patrimônio histórico e cultural.
563 Quem conhece o funcionamento da Operação Urbana, há coisas que vamos ter que
564 nos ocupar, por exemplo, há uma fórmula de calcular transferência de potencial
565 construtivo dos imóveis tombados do centro que vai ter que se aproximar da fórmula
566 utilizada e proposta pelo PDE e pelo zoneamento. Temos que mudar a forma de
567 atribuir valores desse potencial construtivo, facilitar a transferência de potencial
568 construtivo desses imóveis pequenos. Às vezes o proprietário de um pequeno imóvel
569 tem muita dificuldade de transferir o potencial da sua casinha de vila tombada. Quer
570 dizer, o Poder Público deve ajudar, reunir essas pessoas em uma associação de
571 proprietários para facilitar essas transferências de potencial construtivo. E devemos
572 dar incentivos à restauração e retrofit de imóveis tombados. Isso nas formas usuais,
573 seja na gratuidade, potencial construtivo, redução, possibilidade de transferir esse
574 potencial mais facilmente, enfim. São meios que serão estudados ainda, muito
575 provavelmente com a colaboração dos senhores. Fortalecer a base econômica local.
576 Temos sempre que lembrar que no âmbito de um projeto urbanístico o nosso papel no
577 geral está restrito a melhorar as condições de mobilidade das pessoas, de chegada e
578 saída de cargas de produtos, quer dizer, facilitar a movimentação das pessoas através
579 dessas zonas comerciais, que estão estabelecidas. São zonas vigorosas, que têm
580 empregos e tudo mais. Quer dizer, nossa tarefa, nessa série de diálogos setoriais que
581 vamos fazer, é ouvir dos diversos grupos de que maneira o espaço pode ser
582 melhorado e qualificado para que essas atividades aconteçam de uma forma melhor e
583 mais facilitada. Podemos até apontar incentivos fiscais, mas eles vão ser
584 estabelecidos por outras secretarias, por outras leis. Devo dizer que iremos fazer esse
585 diálogo com diversas secretarias, mas cada secretaria vai tratar da sua especificidade.
586 O que pensamos? Naqueles edifícios que tiverem sido notificados para utilização
587 compulsória, que não se adaptarem ao uso habitacional, de que maneira podemos
588 favorecer os usos não residenciais? Espaços públicos. Sempre que melhoramos as
589 ruas comerciais, criamos uma condição mais confortável para o público dessas zonas,
590 colaboramos para o desenvolvimento do comércio. Acho que há uma tendência na
591 legislação urbanística de evitar a monofuncionalidade, quer dizer, que em
592 determinadas áreas e edifícios não só exista um tipo de uso. Então, sempre que
593 possível combinar uso residencial com o uso não residencial. E um desejo que é
594 perseguido há décadas, de que algumas ruas no centro e principalmente na área
595 central possam vir a funcionar vinte e quatro horas. Senão com todos os
596 estabelecimentos vinte e quatro horas, mas que tenhamos uma rede de plantões que
597 em dias determinados da semana alguns daqueles estabelecimentos fiquem vinte e
598 quatro horas, enfim. De tal forma a garantir uma vitalidade maior na área central.
599 Orientar o crescimento, quer dizer, o adensamento qualificado em padrões

**SECRETARIA EXECUTIVA DO CONSELHO MUNICIPAL DE HABITAÇÃO - SECMH
ATA DA 4ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DO CONSELHO MUNICIPAL DE HABITAÇÃO - 6ª GESTÃO****REALIZADA EM 19/06/2018****Rua Líbero Badaró nº 504 – 18º andar – EDIFÍCIO MARTINELLI Auditório da Sala 182 – Centro – SP****PUBLICADO NO DIÁRIO OFICIAL DA CIDADE DE SÃO PAULO: SÁBADO, 21 DE JULHO DE 2018 – pp. 73, 74 e 75**

600 específicos. O que isso significa? Temos, como já observamos, áreas diferenciadas de
601 moradia e emprego. Lá atrás, no começo, havia uma mancha que mostrava que a
602 maior parte da habitação está nessa área mais clara e a maior parte de empregos do
603 outro lado. Talvez misturar um pouco mais essas coisas, conseguir trazer um pouco
604 mais de usos não residenciais para o lado de cá e mais residências para o lado de
605 cima. Isso desde que consigamos melhorar as condições de transposição dessa
606 ferrovia e das vias estruturais. Essas manchas escuras são aquelas manchas roxas
607 que já mostrei do Bom Retiro e do Brás e Rua Oriente. De maneira alguma pensamos
608 em desestruturar isso. É um ativo importante da área central. Mas, eventualmente,
609 incentivar uma coisa que o zoneamento já permite, que nessas áreas também
610 aconteça o uso residencial combinado com o uso não residencial. As orlas fluviais. Em
611 um projeto que realizamos e foi concluído em 2015, eram dadas diretrizes para as
612 margens do Rio Tamanduateí; assim como no projeto do Arco Tietê havia diretrizes
613 para a Marginal Tamanduateí e para a Marginal Tietê, e pensamos nesse trecho que
614 atravessa a área central, de que maneiras podemos, senão nessa geração, mas
615 através da ação e futuras gerações, já direcionar para uma melhor utilização das
616 margens do rio. De alguma forma, tentar amenizar o que foi feito ao longo das
617 décadas no sentido do confinamento desses rios em torno de vias expressas. Essas
618 são imagens do projeto do Arco Tietê e que se pensava dar uma afastada nas novas
619 construções dessas orlas fluviais, de tal forma que pudéssemos trazer mais
620 arborização, mais áreas verdes para as proximidades do rio. Projetos estratégicos. Na
621 área central há uma série de projetos estratégicos que estão à espera de um olhar
622 mais atento. Por exemplo, a área em torno do Minhocão, a própria área da Nova Luz e
623 os projetos estratégicos definidos no Projeto Arco Tietê. São áreas que serão mais
624 uma vez discutidas entre todos os que participarem da elaboração desse projeto, para
625 avaliarmos de que maneira conseguimos ativar essas áreas, ou criar uma melhor
626 condição de aproveitamento dessas áreas. Melhorar a mobilidade e acessibilidade.
627 Temos quatro eixos importantes. Mobilidade ativa, o que é? Andar a pé e andar por
628 meios não motorizados. A questão da bicicleta. Transporte coletivo, de que maneira
629 facilitar a movimentação principalmente de ônibus pela área central? Às vezes, quem
630 toma ônibus na Libero Badaró, nessas imediações, percebe a morosidade com que
631 esse transporte consegue se deslocar por ruas cheias de veículos e tudo mais. Mesmo
632 o transporte individual, que disciplina podemos dar de tal forma que as pessoas
633 possam se aproximar do centro e deixar ali seus veículos e penetrar em um espaço
634 qualificado para o percurso a pé? E a questão do transporte de cargas, que é sempre
635 esquecido, mas é muito importante para o abastecimento da zona comercial da área
636 central. E a questão é o que vemos de acordo com o plano de mobilidade de 2015,
637 que é a restrição da transformação de térreos em estacionamentos, em todas vias
638 internas, porque isso tem um impacto importante sobre a mobilidade dessa área
639 central, um impacto negativo para a circulação de transporte coletivo dos ônibus. A
640 revisão de regulamentação de vagas no meio-fio, que possamos deixar os espaços
641 da rua, seja para o alargamento das calçadas, seja para a circulação de veículos de
642 carga e veículos coletivos. Uma proposta de restrição de estacionamento em todas as
643 ruas onde circulam ônibus. E um estudo de restrição de estacionamento nas vias de
644 alta concentração de pedestres e comércio popular. Isso não significa que vamos tirar
645 as vagas de estacionamento e as áreas comerciais irão ficar desabastecidas. Mas,
646 simplesmente, vamos estabelecer os locais onde isso pode ser localizado. Incorporar
647 a agenda ambiental. Então, ainda que tenhamos um espaço pequeno para grandes
648 alterações do arcabouço construído e viário na área central, de que maneira
649 conseguimos melhorar a arborização das áreas verdes existentes; de que maneira

**SECRETARIA EXECUTIVA DO CONSELHO MUNICIPAL DE HABITAÇÃO - SECMH
ATA DA 4ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DO CONSELHO MUNICIPAL DE HABITAÇÃO - 6ª GESTÃO**

REALIZADA EM 19/06/2018

Rua Líbero Badaró nº 504 – 18º andar – EDIFÍCIO MARTINELLI Auditório da Sala 182 – Centro – SP

PUBLICADO NO DIÁRIO OFICIAL DA CIDADE DE SÃO PAULO: SÁBADO, 21 DE JULHO DE 2018 – pp. 73, 74 e 75

650 conseguimos qualificar os bulevares e incentivar algumas possibilidades que foram
651 criadas na lei de zoneamento, como os tetos verdes, as empenas verdes. Quer dizer,
652 de que maneira conseguimos incentivar esse tipo de coisa. Bom, em linhas gerais, é
653 isso. Quer dizer, todo esse trabalho de diagnóstico foi feito principalmente pela
654 Diretoria das Operações Urbanas. É um trabalho que a nossa área, que é a Diretoria
655 de Desenvolvimento, a área que desenvolve projetos, de planejamento, recebe das
656 mãos da equipe da Kátia Canova e da Marilena Fajersztajn, que de alguma forma
657 continua trabalhando conosco, e a Superintendência de Estruturação de Projetos, que
658 se ocupa de refinar os incentivos todos, urbanísticos, para sabermos de que maneira
659 conseguimos extrair dessa região a possibilidade de arrecadação de recursos para
660 investimento nesses programas públicos. É isso, gente. Pretendi passar os temas dos
661 quais nós todos vamos nos ocupar no desenvolvimento do projeto, que começa senão
662 a partir de agora, mas vem sendo elaborado a partir desse mês. Está certo? Sra.
663 Carmen - Boa tarde. Represento o MSTC, Movimento Sem Teto do Centro, filiado à
664 Frente de Luta por Moradia. Sou conselheira gestora também da Quadra 37-38, além
665 de conselheira estadual e suplente na municipal, no conselho municipal. Vou ter já
666 algumas reuniões a respeito do PIU Central, já recebi o convite. Eu, para opinar, quero
667 entender. Mas uma coisa que me chamou a atenção na questão tanto de requalificar
668 quanto de adensar os bairros é que não vi a Bela Vista. A Bela Vista não está em
669 nenhum dos dois e a Bela Vista é um distrito onde é muito baixo ainda, porém
670 estamos sofrendo, os casarões estão sendo derrubados. É uma área de muitos
671 estacionamentos, vagos, e também tem a construção de muitos prédios. Mas não
672 prédios de HIS. E temos uma área que é de muito cortiço. Então, o que vamos fazer
673 com essas famílias? E há muita sugestão, muitas áreas que também estão ociosas e
674 que podem ser muito bem reaproveitadas, que são os baixos viadutos. Principalmente
675 alguns com muita referência, que é a questão do viaduto da Major Diogo e Viaduto
676 Café Filho, que é ali na Santo Antônio. E é uma área que requer requalificação. Não
677 sei se fui eu que não ouvi, mas, no momento da apresentação de requalificação ou
678 adensamento, mas não vi a Bela Vista. Sra. Rita - Carmen, a senhora está certa. O
679 que acontece? Estamos trabalhando quase que exclusivamente na área da macroárea
680 de estruturação metropolitana, ou seja, pegamos uma parte da Bela Vista, aquela
681 parte que está da via de ligação Leste-Oeste para a área central. A parte que está fora
682 disso não está abrangida no projeto, que pega justamente a Grota do Bixiga, aquela
683 área tombada, onde há uma concentração de imóveis históricos. Muitos deles com uso
684 habitacional nessas condições que a senhora descreveu. Essa área não é abrangida
685 no projeto. Acho que vamos poder dialogar muito com aquele trecho da Bela Vista,
686 que faz parte da área central. Acho que muito dificilmente essa lei ou esse conjunto de
687 leis vai abarcar essa área da Grota do Bixiga porque essa área está no que se chama
688 de área de urbanização consolidada. Talvez possamos, para colaborar na solução
689 desse problema, desenvolver para a questão habitacional, onde o nosso foco seja a
690 qualificação de habitações coletivas, algum projeto que seja até um projeto piloto e
691 que depois possa ser replicado para outras áreas. Talvez, se concebermos a nossa
692 intervenção já imaginando isso, imaginando projetos que possam ser replicados em
693 outras áreas do território, tenhamos algum ganho. Mas, efetivamente, essa área que a
694 senhora está mencionando não está no projeto. Sra. Carmen - Se requalifica um
695 pedaço e esquece o outro, aí não vai dar certo. A Bela Vista não pode ser dividida
696 dessa forma. Sra. Rita - Ela foi cruelmente dividida. Sra. Carmen - Ela foi cruelmente
697 dividida. Fico pensando em um sentido de colocar alguns projetos. A Bela Vista é
698 muito rica em entidades, não só de moradia, mas também na conservação. Por
699 exemplo, temos o Museu do Bixiga, o Novo Olhar. Posso fazer aqui um release para

**SECRETARIA EXECUTIVA DO CONSELHO MUNICIPAL DE HABITAÇÃO - SECMH
ATA DA 4ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DO CONSELHO MUNICIPAL DE HABITAÇÃO - 6ª GESTÃO****REALIZADA EM 19/06/2018****Rua Líbero Badaró nº 504 – 18º andar – EDIFÍCIO MARTINELLI Auditório da Sala 182 – Centro – SP****PUBLICADO NO DIÁRIO OFICIAL DA CIDADE DE SÃO PAULO: SÁBADO, 21 DE JULHO DE 2018 – pp. 73, 74 e 75**

700 os senhores, (mas, não é o momento), de todas as entidades atuantes,
701 principalmente, a própria Vai-Vai. Há muitas entidades. E será muito dispendiosa a
702 perda, ao requalificarmos ou adensarmos uma parte da Bela Vista e deixar a outra.
703 Para quê? Estamos vivendo um momento agora que é uma briga imensa com o
704 Parque Bixiga e o Silvio Santos, no intuito de se criar uma área verde. Porque
705 pensamos que estamos na região central, que tem tudo e que o Bixiga tem tudo. O
706 Bixiga não tem. O Bixiga tem o maior número de mazelas, justamente pelo
707 adensamento dos cortiços e também pela necessidade de a população ser bem
708 servida em outras coisas. Tem muito lazer, muita cultura, mas não tem parque. São
709 áreas que estão ali inúteis. E estou vendo que está no corte, está fora. Sr. João Bosco
710 - Sou conselheiro eleito pelo MUHAB. Associação de Defesa do Consumidor e
711 Contribuinte. Parabéns pela apresentação. Foi bem melhor do que a outra. Estava
712 olhando nos dez distritos e há alguma coisa em torno de meio milhão de habitantes.
713 Não é fácil trabalhar essa área. Sra. Rita - Exatamente. Sr. João Bosco - Em minha
714 somatória deu quinhentos e três mil. Não é fácil. Sra. Rita - Exatamente. Meio milhão
715 de pessoas é uma cidade bem grande já. Sr. João Bosco - É uma cidade bem grande
716 já. Então, tecnicamente, gostei muito da apresentação, e gostei daquela parte, quando
717 a senhora citou da provisão de HIS. Mas me faltaram dois pontos extremamente
718 interessantes: quantidade e custo. Sra. Rita - Nesse momento do projeto não temos
719 isso. Estamos em uma etapa de construção do projeto. Quer dizer, temos os dados do
720 PMH que falam de demanda e tudo mais. De alguma forma, há um dimensionamento
721 da SEHAB pelas demandas dessas áreas. O que acontece? Na definição do
722 Programa de Provisão Habitacional, o que vamos fazer? Há várias formas de atuar.
723 Por enquanto, concebemos duas, mas, na medida em que formos fazer esse trabalho
724 com os movimentos de moradia, coletivos e tudo mais, talvez surjam outras. O que
725 imaginamos? Primeiro, a história dos bairros populares qualificados nos perímetros de
726 ZEIS. Quando olhamos a área central, as manchas de ZEIS são extensas, mas,
727 quando vamos ver detalhe a detalhe, na verdade, aqueles imóveis que nos permitiriam
728 uma atuação imediata, isso é, sem deslocar ninguém, terrenos vagos, não sei o que,
729 não temos um número muito expressivo. Quer dizer, é um número grande? Fizemos
730 uma conta de padaria pegando a área, multiplicando por quatro, não sei o que, e dá
731 um número importante. Acho que é algo em torno de quinze mil unidades, imaginando
732 o que disse: terrenos vagos, subutilizados, que não impliquem em deslocamento de
733 população e tudo mais. Aí, o que imaginamos? Dar incentivos ao incorporador
734 imobiliário para que esses perímetros de ZEIS sejam principalmente produzidos pelo
735 empreendedor privado, respeitando os percentuais estabelecidos que dizem que 60%
736 é Faixa 1, 20% pode ser da Faixa 2, e mais 20% para HMP e HIS. Quer dizer,
737 estamos imaginando de que maneira podemos, mais uma vez, contar com a
738 participação da iniciativa privada nessa provisão habitacional. Em relação à
739 quantidade, acho que ao longo do desenvolvimento do projeto vamos conseguir ter
740 números mais demonstráveis. Quer dizer, a demanda foi levantada, mas o que pode
741 ser esperado desse projeto como meta? Outra coisa que pensamos também é dar
742 incentivos especiais sempre que o retrofit for para o uso habitacional e mais incentivos
743 ainda quando ele for para o uso habitacional de interesse social, para Locação Social.
744 Isso depende de um diálogo com a SEHAB também em relação aos programas que
745 ela venha a estabelecer de Locação Social ou outros. Como eu disse, não
746 estabelecemos as políticas. Isso é uma prerrogativa da Secretaria de Habitação.
747 Participamos subsidiando as ações da SEHAB. A nossa tarefa é encontrar incentivos à
748 produção imobiliária, de forma que o empreendedor privado participe da provisão
749 habitacional de interesse social particularmente para atendimento da Faixa 1. Sra.

SECRETARIA EXECUTIVA DO CONSELHO MUNICIPAL DE HABITAÇÃO - SECMH
ATA DA 4ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DO CONSELHO MUNICIPAL DE HABITAÇÃO - 6ª GESTÃO

REALIZADA EM 19/06/2018

Rua Líbero Badaró nº 504 – 18º andar – EDIFÍCIO MARTINELLI Auditório da Sala 182 – Centro – SP

PUBLICADO NO DIÁRIO OFICIAL DA CIDADE DE SÃO PAULO: SÁBADO, 21 DE JULHO DE 2018 – pp. 73, 74 e 75

750 Laisa - Boa tarde. Sou representante da CUT. Primeiro agradecer pelo diagnóstico
751 bastante detalhado, um grande trabalho dos funcionários da prefeitura. E tenho só um
752 questionamento sobre alguns assuntos em relação ao diagnóstico que acho
753 relacionados a esse nosso espaço aqui, enquanto Conselho de Habitação. Um é sobre
754 o levantamento dos cortiços em área central, que sabemos que é um dado bastante
755 difícil. Temos informação de que a prefeitura tem intenção de contratar um censo dos
756 cortiços, só que não temos informação sobre em que pé está isso. Acho que isso seria
757 essencial para subsidiar esse projeto da Operação. Acho que seria importante ou o
758 representante da SEHAB ou os senhores nos informarem em que pé está esse censo.
759 Outra questão é sobre o levantamento detalhado das ocupações. Acho que estamos
760 em um momento bastante latente da discussão das ocupações em área central.
761 Sabemos também que a prefeitura tem feito as vistorias nas ocupações, mas sem
762 dúvida esse é um fator primordial para começar a pensar em qualquer projeto no
763 centro. E a questão dos moradores de rua. Acho que esses três dados são muito
764 importantes termos bastante detalhados nesse diagnóstico. A segunda questão, não
765 sei se os senhores já têm a resposta, mas acho primordial, que é a questão do
766 financiamento. Não sei se já pensaram sobre isso, sobre o modelo de financiamento.
767 Sra. Rita - O tempo todo. Sra. Laisa - Difícil não pensar. Se o modelo de financiamento
768 vai seguir o usual das outras operações, se vai ser CEPAC, se são outros e quais
769 serão, porque o financiamento é um gargalo histórico. Sra. Rita - Exatamente. Censo
770 de cortiços, esse censo é uma lenda. Ele começou em 2004. Contratamos Suzana
771 Pasternak para fazer. Finalmente ele vai sair. Em que pé está, André? Conte para nós,
772 por favor. Sr. André - Sou arquiteto da São Paulo Urbanismo. Pertenço à Gerência de
773 Participação Social e essa gerência acompanha as audiências e os encontros dos
774 conselhos gestores das Operações Urbanas. O censo de cortiços está sendo pago
775 com o dinheiro da Operação Urbana Centro. Tivemos uma reunião há um mês e
776 temos uma próxima reunião na segunda-feira que vem, que poderá detalhar com mais
777 precisão de tempo, porque estou com essa informação de um mês atrasada sobre o
778 censo de cortiços, mas a informação era de que estava no Jurídico da SEHAB para
779 análise; que propostas haviam sido recebidas de algumas entidades. Então, estava
780 nessa análise jurídica e creio eu que pela avaliação que a SEHAB expos na última
781 reunião do conselho gestor é uma questão de pouquíssimo tempo para que esse
782 censo possa ser contratado e efetivamente aconteça. Sra. Rita - Muito provavelmente
783 o nosso primeiro esboço desse projeto vai ficar pronto antes do censo. Isso não
784 significa que não possamos ajustá-lo na medida em que chegarem as novas
785 informações. Mas vamos fazer as duas coisas ao mesmo tempo por conta dos prazos
786 que temos. Bom, já chegamos a assinalar algumas ocupações. Nossos dados são
787 velhos, de 2015, que estão pintadinhos no mapa. Temos os endereços. Tudo isso
788 vamos ter oportunidade de atualizar na elaboração desse projeto. A solução das
789 ocupações ou de qualquer forma de qualificação da moradia subnormal é um pouco
790 essa. Quer dizer, eu, pessoalmente, acho que as pessoas que tiveram algum contato
791 com aquela proposta do projeto Mundaréu da Luz viram a diversidade de modalidades
792 de atendimento que podemos incorporar ao nosso repertório de provisão habitacional,
793 coisas de população flutuante, que vem e fica um período na cidade e, depois, volta.
794 Então, acho que vamos ter oportunidade de refinar isso, de que maneira atuar em
795 cada um. Principalmente, quem está mais ligado a essa questão dos movimentos de
796 moradia já deve ter estruturado melhor as suas demandas e vai poder dar a sua
797 contribuição de forma mais efetiva. Por isso decidimos nessa etapa de elaboração do
798 projeto conversar com os diversos segmentos que vivenciam os problemas, seja na
799 área habitacional, na área do comércio, na área da mobilidade, enfim. O pessoal de

SECRETARIA EXECUTIVA DO CONSELHO MUNICIPAL DE HABITAÇÃO - SECMH
ATA DA 4ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DO CONSELHO MUNICIPAL DE HABITAÇÃO - 6ª GESTÃO

REALIZADA EM 19/06/2018

Rua Líbero Badaró nº 504 – 18º andar – EDIFÍCIO MARTINELLI Auditório da Sala 182 – Centro – SP

PUBLICADO NO DIÁRIO OFICIAL DA CIDADE DE SÃO PAULO: SÁBADO, 21 DE JULHO DE 2018 – pp. 73, 74 e 75

800 SMADS também porque em outras operações urbanas, talvez por não serem na área
801 central, a questão do morador de rua nunca foi abordada. Aqui não poderia deixar de
802 ser. Na área central, e falo como moradora da área central, é onde esse problema
803 revela sua face mais intensa. Então, esse programa tem que ter um olhar para a
804 população moradora de rua. A questão de financiamento. Muito provavelmente, e não
805 digo que não porque ainda estamos em estudo, mas, muito provavelmente, não
806 teremos uma Operação Urbana nessa área com CEPAC, mas teremos o retorno da
807 outorga onerosa. Entendemos que esses vinte anos de vigência da lei foram
808 suficientes; o mercado imobiliário foi incentivado e vimos aqui a produção do número
809 de habitações na área central. Essas habitações não foram direcionadas para a Faixa
810 de Interesse Social. Tudo bem. É perfeito; buscávamos uma retomada da moradia no
811 centro. Isso aconteceu. E acreditamos que o fato dessa gratuidade se extinguir não vai
812 significar que as pessoas não vão edificar mais. Pelo contrário: já ganhou um impulso
813 próprio esse mercado e tem condições de acontecer. Vamos reservar gratuidade para
814 melhorar o equilíbrio econômico da ZEIS 3, para que essa ZEIS 3 possa ser
815 viabilizada com participação do incorporador privado. Hoje de manhã fizemos uma
816 reunião de trabalho, surgiram novas ideias da Rosane, que foi uma aquisição da São
817 Paulo Urbanismo, vindo de SMU, de coisas que podemos sim incentivar a produção
818 imobiliária no âmbito da própria ZEIS ou fora dela, enfim. São mecanismos que
819 estamos estudando e a nossa fonte de arrecadação vai ser principalmente a outorga
820 onerosa. Ela vai ser retomada na área central, muito provavelmente em bases que
821 serão recalculadas e esse vai ser nosso recurso. Qual a diferença da outorga para o
822 CEPAC? A outorga onerosa não é um recurso que chega de uma vez, como é um
823 leilão de CEPACs. Ainda que se cogite em algum momento leilão de outorga, que é
824 uma coisa meio confusa ainda. Mas estamos estudando isso, a possibilidade de
825 disponibilizar potencial construtivo em lotes de forma mais simplificada do que a
826 emissão de CEPAC e tudo mais. Mas, é isso. Eu estava conversando outro dia com o
827 pessoal do Mundaréu da Luz. Os direitos sempre implicam pensar na condição que
828 temos de realizá-los. E acho que o nosso objetivo, da equipe que se debruça sobre
829 esse projeto, é criar um projeto factível, quer dizer, que aquilo que vendemos,
830 consigamos entregar. Então, vai ser um projeto muito aberto. Vamos falar
831 francamente, honestamente, com todos aqueles que vão fazer parte dessa
832 interlocução. Sr. Aloísio - Aproveitando a fala do André e a pergunta da Laisa a
833 respeito do censo, uma vez esse contrato estando para análise do Jurídico da SEHAB,
834 proponho a este Conselho que, assim que concluídas essas questões jurídicas da
835 contratação e a finalização desse relatório que foi produzido, que venha ao
836 conhecimento do Conselho para dar ampla divulgação e para se abrir o debate. Ana, a
837 senhora monitora isso para mim? Sra. Ana Maluf - Sim. Sra. Cibeli - Represento o
838 CREA de São Paulo, sou engenheira. E gostaria de saber se existe a possibilidade de
839 recebermos essa apresentação, porque ela tem um levantamento que acho que vai
840 ser muito interessante para os profissionais de engenharia, para saberem com relativa
841 antecedência, e autorizada pelos senhores, para onde essa cidade e essa região da
842 cidade devem caminhar. É muito importante para a engenharia do Estado saber essa
843 informação. Se pudermos receber, agradeço. Muito obrigada. Sra. Rita - Inclusive, se
844 o CREA quiser uma conversa, participar desses diálogos setoriais, é muito bem-vindo.
845 O IAB estará, enfim. Todo mundo. Sr. Celso - Boa tarde. Sou professor da
846 Universidade Mackenzie. Rita, gostaria de fazer duas perguntas. Primeiro se o
847 perímetro da Operação Urbana Centro permanecerá o mesmo. Segundo, existia uma
848 abertura, me parece, de que no limite da Operação Urbana poderia haver um
849 espelhamento e poderíamos ter as mesmas regras para o espelhamento, lotes

**SECRETARIA EXECUTIVA DO CONSELHO MUNICIPAL DE HABITAÇÃO - SECMMH
ATA DA 4ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DO CONSELHO MUNICIPAL DE HABITAÇÃO - 6ª GESTÃO**

REALIZADA EM 19/06/2018

Rua Líbero Badaró nº 504 – 18º andar – EDIFÍCIO MARTINELLI Auditório da Sala 182 – Centro – SP

PUBLICADO NO DIÁRIO OFICIAL DA CIDADE DE SÃO PAULO: SÁBADO, 21 DE JULHO DE 2018 – pp. 73, 74 e 75

850 lindeiros. Complementando a pergunta da Carmen, naquela região do Bixiga, temos
851 um trecho de ZEIS na região do Humaitá, naquela região próxima à Praça Pérola
852 Byington. Há um conjunto muito grande de ZEIS nessa região. Será que podemos
853 contar com as regras da Operação Urbana também nesse trecho? Porque temos todo
854 um território lá que é um triângulo formado pelo Viaduto Júlio de Mesquita, Brigadeiro
855 Luís Antônio e Ruy Barbosa, e uma presença muito forte de cortiços principalmente na
856 rua Maria José e Conselheiro Ramalho. Então, gostaria de saber se, além do
857 espelhamento aos lotes lindeiros, também poderíamos nessa área ter alguma
858 prerrogativa da Operação Urbana Centro. Sra. Rita - Por favor, podemos achar aquele
859 slide que tem o perímetro proposto? Depois dessa parte de diagnóstico, temos o
860 perímetro de estudo proposto. Começa em hipótese urbanística. Então, temos uma
861 beiradinha ali que incluímos, na Liberdade, que agora acho que pega uma parte da
862 Liberdade, mas na Conselheiro Furtado. O que acontece? Sempre fazemos um
863 trabalho de borda. Quer dizer, não se vai trabalhar daqueles logradouros para dentro
864 exclusivamente. Particularmente, nessa área da ligação Leste-Oeste, que fragmentou
865 um bairro que era único, então, sempre estudamos formas de conexão dessas duas
866 áreas. Mesmo ali, na Baixada do Glicério, que tem essas questões, quer dizer, toda
867 vez que temos esse perímetro, não é fácil dizer que de um lado da calçada é de uma
868 coisa e do outro é de outra. Então, essas costuras, estamos tendo em geral. Não sei
869 se vamos conseguir avançar muito dentro da Bela Vista, mas o que podemos imaginar
870 é conceber propostas de intervenção que tenham esse caráter que disse para a
871 Carmen, um projeto que possa ser replicado, seja na forma de abordagem, seja na
872 forma de incentivos. Vamos ver de que maneira isso caminha, porque esse perímetro,
873 com exceção daquela barriguinha ali em direção à Liberdade, tudo isso está contido
874 na macroárea de estruturação metropolitana. No Projeto Bairros Tamanduateí
875 incluímos um pequeno trecho que está fora dessa área. E trabalhamos com outorga.
876 Como o objetivo é trabalhar com outorga em todo esse perímetro, talvez possamos
877 fazer umas incursões pelo outro lado, de forma a melhorar a conectividade dessas
878 duas coisas. Mas é algo que vai sendo construído ao longo do desenvolvimento do
879 projeto. Sra. Ana Maluf - Gostaria de saber se a Rita nos autoriza disponibilizar essa
880 apresentação no nosso site do Conselho Municipal de Habitação. Sra. Rita - Claro que
881 sim. Vai haver uma versão reduzida desse diagnóstico, que é mais acessível a todos
882 os munícipes, e a versão com cinco mil folhas, que foi produzida para aqueles que
883 quiserem se enfronhar um pouco mais. Isso vai ser disponibilizado no site do Gestão
884 Urbana. Mas, desde já, os se nhores podem colocar essa apresentação que é uma
885 versão bastante simplificada desse diagnóstico. Sra. Maria Cecília - Boa tarde. Sou
886 arquiteta da COHAB. A senhora falou das orlas como um projeto para gerações
887 futuras. Dos projetos estratégicos, a senhora também citou Minhocão, Nova Luz e
888 Arco e não citou o Parque Dom Pedro II, que é justamente a orla de mobilidade, que
889 eu vejo como um projeto para já, não é? É totalmente possível. Ou para ontem, talvez.
890 Obrigada. Sra. Rita - Olhe, não fale que eu choro. O Parque Dom Pedro, estávamos
891 olhando hoje cedo. No Parque Dom Pedro acontecem várias coisas. Temos uma
892 proposta de concessão dos terminais, do Terminal Parque Dom Pedro e Mercado.
893 Uma proposta de concessão do próprio mercado, o circuito de compras. Temos um
894 projeto que foi do ano 2005, da gestão Kassab, que ao nosso ver nos parece bastante
895 interessante, do Escritório Una. E nossa tarefa nesse momento é tentar integrar todas
896 essas ações. Por exemplo, por que eu falo das próximas gerações? Porque o trabalho
897 que foi feito no sentido da destruição dos nossos rios não é algo que se desmonta
898 facilmente. Temos essa experiência no Bairros do Tamanduateí onde uma das obras
899 previstas é o destamponamento do Tamanduateí. Para que isso aconteça, precisamos

**SECRETARIA EXECUTIVA DO CONSELHO MUNICIPAL DE HABITAÇÃO - SECMH
ATA DA 4ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DO CONSELHO MUNICIPAL DE HABITAÇÃO - 6ª GESTÃO**

REALIZADA EM 19/06/2018

Rua Líbero Badaró nº 504 – 18º andar – EDIFÍCIO MARTINELLI Auditório da Sala 182 – Centro – SP

PUBLICADO NO DIÁRIO OFICIAL DA CIDADE DE SÃO PAULO: SÁBADO, 21 DE JULHO DE 2018 – pp. 73, 74 e 75

900 tirar as pistas do Fura Fila de cima deles, jogar para as laterais, desfazer aquele
901 negócio, quer dizer, isso custava cinquenta milhões ou qualquer coisa desse tipo, ou
902 cem milhões. Então, são ações muito custosas e demoram. No Parque Dom Pedro o
903 projeto do Grupo Una, ao qual me referi e ao qual estamos sendo fieis, quanto às
904 diretrizes, ele pressupunha a construção de um túnel para passagem do Corredor
905 Norte- -Sul, a demolição dos viadutos. Nesse projeto, se começarmos por essas
906 ações, não vai acontecer nada no Parque Dom Pedro porque a magnitude desses
907 valores, esse túnel custava dois bilhões, quando foi orçado; a demolição dos viadutos
908 só pode acontecer se fizermos as passagens em níveis. Então, tentamos inverter a
909 ordem das coisas, começar pelas coisas fáceis. Por exemplo, uma tentativa – e
910 reforço a palavra tentativa – de aproximar o terminal de ônibus ao terminal de metrô.
911 Os dois sistemas não precisam disso, na verdade, porque ambos atendem
912 principalmente a Zona Leste, mas, com isso, conseguimos liberar uma área de parque
913 acima para que funcione um pouco mais como um parque público na área central. E
914 que se integra melhor à Colina Histórica e que tenha um diálogo melhor entre o Bairro
915 do Brás e o Centro. São tentativas. Então, invertamos a ordem do projeto. Quer dizer,
916 essa apresentação do projeto do Una, do Parque Dom Pedro, se a senhora olhar, a
917 sequência de eventos é justamente oposta ao que vamos fazer, porque nos parece
918 que é mais factível. Não podemos começar com os grandes gastos agora porque
919 efetivamente não há recursos para isso. Quando se olha a orla do Tamandateí, a
920 APP, Área de Preservação Permanente, que é uma faixa de cinquenta metros a contar
921 da borda do canal, ela está ocupada. Está certo que há muitas áreas que sugerem
922 transformação. Então, temos que esperar que a dinâmica urbana aconteça para que
923 possamos reivindicar essas áreas de preservação permanente. Por isso digo que acho
924 que temos que ser resignados, mas temos uma parte a fazer para que outras
925 gerações avancem nisso. Imaginem qual vai ser a tarefa de melhorar a orla do
926 Tamandateí? Há uma cena que mostrei aqui que é uma passagem, está a ferrovia
927 passando por cima, aí se tem uma calçada que acho que tem a largura desta mesa e
928 uma pista expressa passando do rio. Aí, ao lado, está, quase soterrada, a Vila
929 Economizadora, que é aquele conjunto de casas. Então, são coisas cuja solução não
930 é imediata. Ela é custosa, não é imediata e temos coisas mais urgentes. Sempre
931 falamos de coisas importantes e urgentes. É importante isso, mas, por exemplo, me
932 parece mais urgente a intervenção na questão habitacional, ou na população
933 moradora de rua. Então, é isso. Vamos nessa toada. Sra. Maria Cecília – Acho que a
934 agenda ambiental já está com muito atraso. Sra. Rita - Está com muito atraso. É
935 inegável isso, mas temos passos a dar e têm que ser dados. Sra. Maria Cecília –
936 Relacionado à escala humana, que a senhora comentou, versus adensamento,
937 aumentar o adensamento de alguns bairros, gostaria que a senhora falasse um pouco
938 sobre isso, como estão imaginando aumentar o adensamento e manter a escala
939 humana. Sra. Rita - De uns tempos para cá temos trabalhando com distritos de
940 referência. São espaços da cidade que existem e que têm uma dada fisionomia e um
941 mix de usos que tomamos como referência. Faz alguns anos, desde a Água Branca,
942 que temos usado como mira um bairro de Santa Cecília. É um bairro verticalizado,
943 principalmente as áreas perto da General Olímpio da Silveira, entre a Av. Angélica,
944 Pacaembú, ou mesmo entre a Av. Angélica e Consolação, o Baixo Higienópolis ou Vila
945 Buarque. São áreas verticalizadas, mas onde se tem uma condição. Por que a
946 densidade é importante? Porque a densidade atrai usos de suporte ao uso residencial.
947 Então, se temos uma densidade tal, temos mais comércios, mais feiras, mais
948 supermercados, mais farmácias. Então, uma densidade tal que favorece a atratividade
949 dos usos de suporte ao uso residencial. Por isso que, embora caiba o dobro das

**SECRETARIA EXECUTIVA DO CONSELHO MUNICIPAL DE HABITAÇÃO - SECMH
ATA DA 4ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DO CONSELHO MUNICIPAL DE HABITAÇÃO - 6ª GESTÃO****REALIZADA EM 19/06/2018****Rua Líbero Badaró nº 504 – 18º andar – EDIFÍCIO MARTINELLI Auditório da Sala 182 – Centro – SP****PUBLICADO NO DIÁRIO OFICIAL DA CIDADE DE SÃO PAULO: SÁBADO, 21 DE JULHO DE 2018 – pp. 73, 74 e 75**

950 pessoas, não nos comprometemos com essa meta que nos parece exagerada, até
951 porque teria que haver um êxodo na cidade para vir todo mundo para o centro, coisa
952 que não vai acontecer. E mesmo essa densidade meta, se é que vamos conseguir,
953 porque a aceleração do crescimento da população de São Paulo diminuiu muito. Não
954 vamos ter gente nova chegando nisso. O crescimento demográfico é pequeno. Então,
955 essas cento e cinquenta mil pessoas que imaginamos, se vierem a se acomodar, vai
956 ser ao longo de um período de tempo dilatado. Talvez seja mais a questão de dar
957 visibilidade a moradores que já estão aqui, mas são subdimensionados, porque
958 habitam cortiços, estão em ocupações, quer dizer, são pessoas que eventualmente
959 podem não ter sido contadas, mas já estão aqui. Então, acho que principalmente trata-
960 se de melhor acomodar uma população que já existe aqui. Sra. Maria Cecília – Por
961 isso fiquei na dúvida, porque a senhora falou em aumentar o adensamento. Sra. Rita -
962 Porque essa população que o João Bosco somou é a população que é medida. Há um
963 conjunto de pessoas que é invisível, embora essas pessoas estejam presentes ali.
964 Talvez seja mais o caso de dar endereço a essas pessoas. Sr. Aloísio – Rita, os
965 senhores têm um calendário de audiências públicas para discutir sobre o PIU Central?
966 O André me informou que a próxima reunião será amanhã, às 14h, na Associação
967 Comercial de São Paulo. Sr. André - Vai ser aqui, no prédio, com a Associação
968 Comercial. Sr. Aloísio - Aqui, no prédio, com a Associação Comercial. Ok. E o
969 calendário dos senhores está disponível no site? Sr. André - No site da Operação
970 Urbana, dentro da Operação Urbana Centro. Sr. Aloísio – Para quem quiser participar
971 das audiências, há uma inscrição? Sra. Rita - Não há. Nesse momento não são
972 audiências públicas. São diálogos setoriais. Então, estamos falando com movimentos
973 de moradia, com associações. Isso não são audiências públicas. É um levantamento
974 de demandas e propostas e problemas de segmentos específicos que se expressam
975 no centro, se utilizam do centro e têm demandas a fazer, que esse projeto pode
976 responder. Então, não é uma audiência pública. Essa audiência pública deve
977 acontecer por volta de outubro, quando tivermos construído com todos esses
978 interlocutores uma versão previa desse projeto, que aí vamos começar essa discussão
979 ampliada. O que entendemos? Na verdade, estamos falando com segmentos,
980 movimentos e associações que têm representatividade. Então, nessa fase de
981 construção do projeto, estamos preferindo tratar com esses núcleos que se reúnem
982 em torno de temas específicos. Então, não há inscrição. Sr. Aloísio – Em qual sala
983 será realizada a reunião? Sra. Rita - É uma sala pequena. Não é audiência pública.
984 Não pode vir. A menos que tenha a ver com a Associação Comercial. Mas entidades
985 que desejem apresentar propostas podem se inscrever com a Patrícia ou com o André
986 Ramos e aí agendamos uma conversa específica. Tudo bem? Esse número de
987 diálogos será o número que tiver que ser. Podem ser demandadas essas reuniões,
988 mas cada uma vai ser para tratar de uma coisa. Sr. Aloísio – Para finalizar, quero
989 comunicar aos senhores a nova data da eleição do Conselho Municipal de Habitação.
990 Temos a nossa arte pronta. Ficou para o dia 1º de julho. Peço a todos que participem,
991 que divulguem, que os movimentos que estão participando do processo eleitoral se
992 articulem. Vamos exercer nossa cidadania. Agradeço a participação de todos, de
993 todos os conselheiros e de todos no auditório. E agradeço também a colaboração de
994 todos os servidores envolvidos aqui, com a reunião. Muito obrigado. Sessão
995 encerrada. (Encerram-se os trabalhos)
996